

Timor: a quem interessa?

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: Álvaro de Vasconcelos

Nestas páginas, defendemos que a identidade de Timor-Leste deveria basear-se na democracia, nos direitos do Homem e no multilateralismo. Que Timor devia afastar a tentação de procurar uma forte identidade cultural, que não tem, ou de seguir uma política pragmática de procurar corresponder aos interesses de uma ou outra potência. Num mundo com tantas crises, o que fez de Timor diferente foi o carácter exemplar da sua luta. Só um forte apego aos direitos fundamentais pode mobilizar o interesse da comunidade internacional por Timor. Por isso a actual crise é tão devastadora.

Portugal pode interessar-se por Timor, pela história comum, pela vontade de dar uma componente asiática à sua política externa. Mas mesmo em Portugal, como as reacções à actual crise demonstram, se os portugueses tiverem dúvidas sobre os caminhos seguidos pelos timorenses, se perderem a fé na sua capacidade para construir a democracia, acabarão por também se afastar. Tanto mais que muitos pensam que a dívida histórica de uma descolonização muito tardia e mal feita, já foi paga – pertencem ao passado os que continuam a sonhar com um Portugal do Minho a Timor. E Portugal é fundamental para congregar o apoio europeu e facilitar a mobilização das instâncias internacionais.

A Austrália pode interessar-se por Timor pelas suas riquezas energéticas e pela proximidade geográfica. Porém, é vista por sectores timorenses influentes não só como parte da solução mas também como parte do problema. Mais, para alguns, estará interessada numa certa solução política, que favoreça os seus interesses em relação ao petróleo timorense. Nem a Austrália, com um contingente de mais de 2 mil homens, nem Portugal, com uma força da GNR, muito bem aceite, estão em condições de, sozinhos, resolverem o actual problema timorense. A sua acção precisa de ser multilateralizada, integrada num comando das Nações Unidas. Aliás, os episódios sobre um comando conjunto dividindo portugueses e australianos estão aí para o comprovar. O unilateralismo, mesmo quando é por uma boa causa, comporta sempre riscos.

A Indonésia pode interessar-se por Timor por razões humanitárias, como os demais, e certamente que não quer a instabilidade nas suas fronteiras, mas o peso do passado faz com que seja um actor secundário em qualquer solução da questão timorense. A única coisa que os timorenses esperam da Indonésia é que se mantenha neutral e que a fronteira comum não seja uma fonte de preocupações.

Timor precisa da comunidade internacional – é indiscutível –, precisa de uma presença de forças de segurança das Nações Unidas por um bom par de anos. Mas como convencer o mundo do bem fundado do esforço a fazer? Como continuar a fazer de Timor uma questão importante para as grandes potências, pelo menos para as democráticas, que têm hoje um peso sem precedentes nos destinos da terra e nas decisões das Nações Unidas? Como garantir um empenhamento da União Europeia, para além da manifestação tradicional de solidariedade com as preocupações de um Estado membro com uma sua antiga colónia? A resposta não é fácil. Nos últimos anos, como lembra em artigo recente o antigo presidente Jorge Sampaio, Portugal tentou, sem sucesso, que o Conselho de Segurança das Nações Unidas mantivesse uma força militar e policial em Timor, para garantir a estabilidade necessária para a construção de um novo estado democrático.

Existem hoje no mundo 192 estados, alguns com problemas gravíssimos, como o Sudão, o Uganda ou o Iraque, onde morrem quase todos os dias centenas de pessoas. Só no Sudão, o conflito na região de Darfur já causou mais de 200 mil mortos e levou à deslocação de 1,7 milhões de pessoas. Por que razão deveria o mundo dar atenção a um pequeno Estado de menos de um milhão de habitantes? Penso que há duas razões para defender que a comunidade internacional devia ter continuado a interessar-se fortemente por Timor.

A primeira é que Timor, como lembrou Kofi Annan no seu discurso do milénio, se foi primeiro exemplo de mais um fracasso da comunidade internacional foi depois exemplo quase único de sucesso. A segunda é a promessa de estabilizar um Estado democrático, assente numa forte diversidade, respeitador dos direitos do Homem e da tolerância religiosa, que conta entre os seus cidadãos com dois galardoados com o Prémio Nobel da Paz . Se a primeira condição depende antes de tudo dos membros do Conselho de Segurança, a segunda depende fundamentalmente dos timorenses, em particular dos seus dirigentes políticos. Ninguém pode construir a democracia no lugar dos timorenses. Pode apoiar a construção do Estado, aconselhar, contribuir como puder para um consenso interno, mas se os políticos de Timor não quiserem, nada se poderá fazer. Ora, neste momento existem razões para o pessimismo. As divisões, o clima de

golpes e contra-golpes, dão uma imagem de luta pelo poder que é incompreensível, aos olhos dos melhores interesses dos timorenses e da imagem de bom exemplo que deram ao Mundo.

As organizações da sociedade civil que tanto se empenharam na causa timorense, também o fizeram, em muitos casos, acreditando no carácter exemplar do combate dos timorenses pela liberdade. As causas da independência nacional, que mobilizavam sectores vastos das sociedades nos anos 60 e 70, já não são por si só um forte factor de mobilização. Os grandes temas hoje são os dos direitos do Homem, da justiça internacional e da luta contra a pobreza. Se a razão e o bom-senso não prevalecerem, se um consenso não for encontrado em relação ao caminho a seguir para garantir a legalidade democrática, temo que os esforços para garantir uma forte presença internacional sejam em vão. Tal seria, antes de tudo, trágico para os timorenses, mas também significaria mais um fracasso para as Nações Unidas, que bem precisam de ser eficazes para garantir a perenidade do ideal multilateral.